

mecanismo para resistir ao presente, elaborar novos cenários e lutar pela descolonização do futuro.

Notas

* Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: rafaelberger816@gmail.com

Referências

ALVES, Jaime Amparo. Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo. *Geopauta*, v. 4, n. 1, p. 5-33, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa. Livraria Sá Costa Editora, 1978.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra* (Trad. José Laurênio de Melo). Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira SA, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. (1988) *In: Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e Queers radicais*. Fósforo, 2022.

IMARISHA, Walidah et al. *Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça*. Trad.: Jota Mombaça. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

JESUS, Carolina Maria de (1994). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 3. ed. São Paulo: Ática.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*. Edição pedagogo e Mulemba, Luanda, 2014.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016.

SPILLERS, Hortense. *Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1, p. 29-69, 2021.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 18, n. 45, 2020.



TRILHAR A MEMÓRIA E RETOMAR A HISTÓRIA: NARRAÇÕES CONTRA COLONIAIS DO PRINCÍPIO DA DIÁSPORA AFRO-INDÍGENA NO CEARÁ

TRACING MEMORY AND RETAKING HISTORY: COUNTER-COLONIAL NARRATIVES OF THE EARLY AFRO-INDIGENOUS DIASPORA IN CEARÁ

Resumo

Este artigo aborda a relevância do estudo das movimentações diaspóricas africanas e indígenas no estado do Ceará, Brasil, e sua interligação com a construção de uma historiografia contra-colonial. Ao explorar a história dessas populações, o artigo destaca como suas experiências, resistências e contribuições moldaram a cultura e a identidade cearense, além de desempenharem um papel fundamental na desconstrução de narrativas históricas coloniais. Através de uma análise multidisciplinar que abarca história, antropologia e estudos culturais, o estudo das movimentações diaspóricas revela as complexidades das interações entre africanos, indígenas e europeus no Ceará. Essas interações não apenas resultaram em processos de sincretismo cultural, mas também geraram formas de resistência, como a preservação de tradições e a retomada de saberes e línguas ancestrais. A influência dessas movimentações pode ser observada em aspectos diversos, como na culinária, música, religião, formação espacial das cidades e expressões artísticas do estado.

Palavras-chave: Diáspora indígena; Diáspora Africana; Comunidades quilombolas, colonialismo; Identidade cearense.

Abstract

This article addresses the relevance of studying African and indigenous diasporic movements in the state of Ceará, Brazil, and their interconnection with the construction of a counter-colonial historiography. By exploring the history of these populations, the article highlights how their experiences, resistance and contributions have shaped Ceará's culture and identity, as well as playing a fundamental role in deconstructing colonial historical narratives. Through a multidisciplinary analysis that encompasses history, anthropology and cultural studies, the study of diasporic movements reveals the complexities of the interactions between Africans, indigenous people and Europeans in Ceará. These interactions not only resulted in processes of cultural syncretism, but also generated forms of resistance, such as the preservation of traditions and the revival of ancestral knowledge and languages. The influence of these movements can be seen in various aspects, such as cuisine, music, religion, the spatial formation of the state's cities and artistic expressions.

Keywords: African diaspora; Quilombola communities; Colonialism; Ceará identity.

*Paulo Ricardo Dias de Sousa

Recebido em: 15/08/23
Aceito em: 28/12/2023

1. Introdução

Antes de tudo: afro-indígena não é uma identidade. Pensar o termo afro-indígena demanda um entendimento prévio de que indígenas e africanos tiveram experiências diferentes no fluxo da história, mas com suas confluências e rupturas, interligados por momentos contemporâneos e em diversos casos, antagônicos. A afirmação de que afro-indígena é uma identidade se insere em um terreno instável e perigoso, pavimentado pelas ideias de miscigenação orgânica no Brasil e persevera com alguns deslizamentos cometidos no âmbito dos debates identitários. Há convergências sim, mas não apagamentos simultâneos, pois se colocarmos a sobreposição do afro sobre o indígena, ou vice e versa, estaremos dando o traço de colonialismo para grupos sobrepostos violentamente pelos europeus e não o oposto. Categorizar um indivíduo como afro-indígena nos arrasta ao limbo em que já habitam esses dois grupos, ou melhor, esses múltiplos grupos colocados dentro da colonialidade como “índio” e negro. O caráter europeu de subdividir o mundo em raças gerou inumeráveis apagamentos históricos que se manifestam na colonialidade moderna e atestam os programas de epistemicídio e extermínio total de experiências ímpares que ainda são excluídas da intelectualidade tida como ocidental.

Para que haja a melhor compreensão da diáspora afro-indígena é preciso apontar que não se trata da mera junção de duas identidades, mas sim uma abordagem que conflui com as duas leituras de mundo e experiências destes dois grupos. O âmbito acadêmico deve se ater nas diferenciações e conexões que formam povos indígenas e povos afrodiáspóricos:

O debate afro-indígena como categoria presente em estudos acadêmicos (dissertações, artigos e teses) se impõe na afirmativa de uma categoria não abstrata remetida às ancestralidades negras e indígenas, acionadas como referências de práticas culturais, saberes familiares e/ou comunitários que estão vinculados a raízes de antepassados em aprendizagens geracionais que fluem presentes em produções acadêmica¹.

Compreender os movimentos de africanos e indígenas dentro do estado do Ceará, enquanto uma diáspora nos remete quase que instantaneamente ao entendimento genérico do próprio termo diáspora, dada a etimologia grega “diasporá”, que significa dispersão de povos².

Na discussão em questão não se trata apenas de uma única e concreta dispersão dos povos – africanos e seus remanescentes, indígenas e seus remanescentes – mas de uma multiplicidade de cosmologias, culturas e entendimentos de mundo que se retroagem dentro dos termos políticos de seu tempo e reverberam ou não para o futuro. O conceito de diáspora refere-se ao movimento disperso de uma população de seu local de origem para diferentes regiões geográficas, muitas vezes devido a fatores como migração forçada, busca de melhores oportunidades ou fatores políticos e sociais. A diáspora pode envolver uma perda de identidade cultural, bem como a formação tangível de novas comunidades e redes em terras diferentes. Historicamente, a diáspora está associada a grupos étnicos, religiosos ou culturais que foram deslocados de suas terras natais e se estabeleceram em várias partes do mundo. No contexto dos fluxos humanos afro-indígenas no Ceará, a diáspora se refere à migração e dispersão desses grupos ao longo do tempo, muitas vezes como resultado da escravidão, opressão e marginalização históricas.

Essa agitação colonial no Ceará do século XVII, onde ainda timidamente Pero Coelho e Soares Moreno se colocaram a promover, culmina nas movimentações das populações indígenas do litoral, e em consequência o contato destes com indivíduos outros também perdidos nessa nova concepção de Novo Mundo. Walter Benjamin (1949) bem pontua a capacidade de ser possível produzir material acadêmico a respeito dos excluídos da História; aquelas e aqueles não homenageados nas ruas e nem pensados como monumentos culturais formadores, seja do pensamento ocidental globalizado ou de um delimitado território nos sertões da América Portuguesa. E este território de proporção considerável chamado Ceará, deve ser pensado a contrapelo e reinvestigado com as particularidades originadas de conflitos socioespaciais, religiosos, étnicos, econômicos ou todos estes motores simultaneamente que, se estruturam em raízes dispersas no solo das ciências humanas e ainda calcadas na intelectualidade senhorial do século XIX, abastecida também por seus interesses particulares e desprendida da oralidade que constituem os povos indígenas e afro-brasileiros com seus saberes milenares. Logo a presente discussão deseja suscitar não apenas raso questionamento da bibliografia

vigente sobre povos indígenas e povos negros do Ceará, mas também uma possibilidade de compreender estes sujeitos como agentes reais de suas mobilizações ordenados de subjetividades capazes de moldar suas leituras de mundo, tempo e local político. E precisamente conseguir registrar lendas dessas comunidades que desafiaram a tecitura violenta do tempo para advir suas permanências no presente. É possível conectar essas interrelações de negros e indígenas na historiografia cearense e sua formação material com as narrativas oralizadas das comunidades atuais aliadas a documentação canônica e institucionalizada, e conseguirmos enfim realizar este choque de civilidades, porém não de forma destrutiva e que vilipendia indivíduos, mas sim confluência geral de pessoas em circunstâncias similares de violência e dominação que por sua vez irrompe em novas culturalidades que resistem³.

Dentro das movimentações indígenas no Ceará pesquisadas por Carlos Studart Filho⁴ ou Raimundo Girão⁵, por exemplo, eleva-se a pergunta de em que momento houve também a História contada – e percebida – pela tradição dos que são investigados? Não é necessariamente uma crítica anacrônica aos escritos desses intelectuais determinantes do Ceará, mas é preciso sanar questionamentos latentes dentro das “lacunas históricas” sobre os movimentos diáspóricos desses povos dispostos quase desordenadamente nos livros de História. Tratando-se elementarmente das movimentações negras, há um hiato ainda maior: na ausência documental sobre esses indivíduos e suas organizações em quilombos ou povoados.

E esses movimentos físicos humanos, sob circunstâncias de dominação constante, não se principia com a primeira nau a aportar no litoral cearense seja ela guiada por Pinzón, piratas vindos do caribe ou franceses. O fato é que a diáspora indígena e a africana são atravessadas por fatores globais que transbordaram no que se entende de História do Ceará, que está antes de tudo na História do Mundo, pois, Siri-Ará⁶ também está fincado no mundo como parte agente.

Narrar as movimentações afro-indígenas numa ótica contra-colonial é uma forma de abordar a história e as experiências desses grupos étnicos a partir de uma perspectiva crítica em relação ao colonialismo e seus impactos históricos. Essa abordagem busca desconstruir narrativas eurocêntricas e colonialistas que há séculos têm dominado a representação dos povos afrodescendentes e indígenas, muitas vezes desumanizando-os, marginalizando-os e perpetuando estereótipos prejudiciais. O pensamento principal é recuperar e valorizar a história, as lutas, as conquistas e as resistências dessas comunidades que têm sido historicamente oprimidas e subjugadas pelos processos de colonização e escravização. Narrar suas movimentações a partir de uma sensibilidade contra colonial envolve reconhecer a importância de suas vozes e perspectivas próprias que são dissidentes dentro do processo de epistemicídio⁷.

2. Trilhar a diáspora

O ritmo em que foi pensado a América tem uma cadência aparentemente em uníssono, guiado pelas bacantes absortas na flauta de Pã⁸, rumando para uma direção desconhecida na imensidão dos cosmos. Ainda que o Novo Mundo seja a égide da liberdade e a conspiração dos rebelados, é sem dúvida o túmulo da consciência. Para adentrar à América saindo dos portos de Europa é preciso cruzar o atlântico infindo e aportar enfim na terra que Vespúcio⁹ porventura descobriu: com suas imensas árvores, seus gentios, suas riquezas e, com a chegada europeia, com o advento de suas misérias. O chão americano de Terra Nova e Labrador (Canadá) até El Calafate (Argentina) seria varrido pelas tropas de suas inumeráveis majestades reinantes no velho continente, guiados pela cruz católica e pela bíblia protestante, ambas com particularidades e semelhanças, mas ainda assim destrutivas.

A diáspora parte sempre de algum lugar, seja no simbolismo da cultura ou na materialidade física de corpos submetidos à escravização e desterritorialização: estar em diáspora, sob as mais variadas circunstâncias, é mapear os diferentes modelos de violências que se emprega no colonialismo prático. E na dominação de indivíduos negros, mestiços e indígenas no Ceará, se deu de forma brutal pelo correr dos séculos e contemporaneamente busca pela sofisticação do extermínio, ora pelos mecanismos de aprisionamento estatal-institucional, ora pela negação da participação de negros e indígenas na formação do que seria, e pretende ser, o Ceará¹⁰.

O imaginário cearense coabita com o imaginário brasileiro estabelecido pela construção de uma História do Brasil encomendada para o Império, escrita por europeus, acentuada pelos

¹ CONRADO, M. P.; BARROS, T. D. N. M. N. A categoria “afro-indígena” na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, maio/agosto 2022, p. 235.

² Grego, DIASPORÁ, de DIASPEIREIN, “espalhar, dispersar”, formada por DIA, “através”, mais SPEIREIN, propriamente “espalhar”. ALC NTARA, Vinícius. *Origem das Palavras: Diáspora*. In: *Origem da Palavra: Etimologia da Palavra Diáspora*. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-644/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

³ SANTOS, A. B. D. A terra dá, a terra quer. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2023.

⁴ Nasceu em Fortaleza, CE, em 17 de junho de 1896, e faleceu em 6 de março de 1982, na mesma cidade. Bisneto do barão de Studart e filho de Carlos Studart, ambos destacados historiadores. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Carlos Studart Filho. In: Carlos Studart Filho. Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/csdefilho.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

⁵ Como homem público, desempenhou as funções de prefeito de Fortaleza, ministro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará — de 21 de setembro de 1935 até sua aposentadoria, em 1970 — e secretário de Cultura do Estado do Ceará, entre outros. RAIMUNDO GIRÃO. Apresentação do Site: Autor. In: Raimundo Girão. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://www.raimundogirao.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

⁶ Quanto à origem do nome Ceará, segundo o historiador João Brígido, escrevia-se Siará e assim se encontra esta palavra nos velhos manuscritos da Capitania. O “Ceará” da ortografia atual, acrescenta o estudioso, vem de uma derivação que aos poucos deturpou a palavra tupi Siri-Ará. Siri, na língua indígena, quer dizer “andar para trás” e Ará significa branco, claro, alvacento. Outro historiador, Capistrano de Abreu, afirma em seus estudos que esta palavra se originou da aglutinação das palavras indígenas dzú (água) e erá (verde), cuja pronúncia em português teria dado Siará (grafia primitiva) ou Cuyará, isto é, “água ou Rio Verde”, se não “Mar Verde”. DIÁRIO DO NORDESTE. História do Ceará começou em 1603. In: História do Ceará começou em 1603.

Trilhar a memória e retomar a História: narrações contra coloniais do princípio da diáspora afro-indígena no Ceará

Fortaleza, 2007. Disponível

em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/historia-do-ceara-comecou-em-1603-1.405216. Acesso em: 11 ago. 2023.

⁷ CARNEIRO, A. S. A **CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. São Paulo. 2005.

⁸ *As Bacantes, ou As Mênades, é uma tragédia grega de autoria do dramaturgo Eurípedes, de Salamina, mas que passou a maior parte de sua vida em Atenas. na mitologia grega, é o deus dos bosques, dos campos, dos rebanhos e dos pastores. Vive em grutas e vaga pelos vales e pelas montanhas, caçando ou dançando com as ninfas. É representado com orelhas, chifres e pernas de bode, amante da música, traz sempre consigo uma flauta.* Júnior, W. M. de S. (2019). In: A Tragédia “As Bacantes” de Eurípedes Sob a Ótica dos Estudos de Gênero: Penteu e as Fronteiras do Masculino e do Feminino. **Revista Cantareira**, (24). Recuperado de https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27826.

⁹ *Américo Vespúcio foi um mercador, navegador, geógrafo, cosmógrafo italiano e explorador de oceanos a serviço dos Reinos de Espanha e Portugal que viajou pelo, então, Novo Mundo, escrevendo sobre estas terras a ocidente da Europa. “Américo Vespúcio” em Só História. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2023. Consultado em 11/09/2023 às 12:55. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/biografias/americo/ .*

¹⁰ BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S.. *No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. Revista Brasileira de História*, 14 março 2021, p. 111 - 134.

Institutos Históricos e posta como catequese nacionalista nos primeiros anos da República. Todas as afirmações românticas do sacrifício indígena e da necessidade de escravização de africanos deu às barbáries brasileiras uma roupagem mais amena para ser discutida na escola e que na mesma proporção castra a sensibilidade crítica, de forma que não haverá espaço para questionar de onde vieram nossos escravos e onde estão nossos índios. Para que passe a ser Brasil é preciso deixar de ser Pindorama¹¹, para que seja o Império do Brasil é preciso que haja quem o construa de suas senzalas até seus palácios, e para que seja a República Federativa do Brasil, é preciso que se iguale todos a ponto de não existir o recurso para mapear qualquer ancestralidade que não esteja a serviço do poder. Percebe-se que tudo aquilo que se entende e se projeta como nação brasileira é em parte título inventado e em parte extermínio, sempre constituindo uma perspectiva eurocêntrica e paternalista com uma constante superação e esquecimento do passado, despejando qualquer responsabilidade histórica no acaso. O Brasil é antes de tudo uma metáfora.

É preciso e vital pensar nos povos indígenas e africanos em uma multiplicidade enorme de culturas e culturalidade que diferencia, mas não distância, comunidades, etnias, grupos, nações e povos. Mas na pluralidade há semelhanças que se interrelacionam e que são experimentadas em comum, na historicidade elas são experienciadas entre indígenas e negros diante do tráfico, da escravização, da violência e o vilipendiar de suas culturas, há então a diáspora. A dispersão dos povos não quer dizer dispersão da cultura, mas sim uma abrangência maior com um alcance salientado pelas novas confluências de civilidades, que não exclui a violência, mas a coloca em ruptura de sua própria hegemonia¹² a fim de questioná-la diretamente com as manifestações coletivas de cultura. E também se eleva sobre as discussões dessas relações estabelecidas em circunstâncias de violência, como se torna um dever histórico pensá-las a partir de versões de si mesmas, sem apenas caracterizar como fonte aquilo que é institucionalmente documentado, e ir observando a tessitura de caminhos desenhados nos rodapés dos livros. Se levado para a sala de aula será ainda mais revolucionário buscar trabalhar essas experiências, entretanto existe o abismo entre a lei e o que é estabelecido a partir dela, como enfatiza Correa:

O processo de americanização

O processo de americanização

[...] *a americanização dos afro-descendentes não aparece contemplada na lei 10.639/03 que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial de ensino. Em nenhum parágrafo ou artigo dessa lei, há menção sobre a obrigatoriedade do ensino das experiências afro-americanas*¹³.

O processo de americanização

E como cearenses são advindos da diáspora afro-indígena, a despeito de autores como Luís Santos¹⁴ (2020) que ainda tentam reelaborar a historiografia, não como um pensar contra colonial mas, oposto a isso: ressaltando o comprometimento da branquitude com os seus semelhantes a fim de servir devotadamente os interesses de manutenção do sistema que violenta cotidianamente o passado, o presente e o futuro daqueles colocados sob a constiuição de humanidade elaborada através da colonização e neocolonização. A perspectiva de observar as identidades afrodescendentes e indígenas como um elemento a ser superado, só baseia novos revisionismos fraudulentos da História e que em nada acrescentam ao conhecimento ancestral que deve ser trilhado sob a luz do questionamento prudente e da consciência ética. Pensar uma historiografia crítica ao colonialismo e à colonialidade é fundamental para compreendermos de maneira mais completa as profundas consequências desses fenômenos históricos. A colonização envolveu a exploração, opressão e subjugação de populações inteiras em nome do poder e da acumulação de riqueza. Uma historiografia crítica nos permite analisar as narrativas tradicionais e questionar as perspectivas eurocêntricas que muitas vezes minimizaram ou romantizaram os horrores do colonialismo e como ele busca sua manutenção secular¹⁵.

3. Trilhar a memória

Supõe-se que o descobrimento da América se deu no mérito do acidente, com a distância prática da óbvia objetivação da empreitada econômica com alvos claros de exploração do território. Há, porém, quem dispute este “acidente” fatal que resultou na concepção americana de colonização, como se por mero acaso e proeza de Deus – seja ele católico ou protestante – emanasse dos mares tormentas e desembocasse seus fiéis súditos na costa pacata de Porto Seguro ou, no entendimento espanhol, Cabo de Santa Maria de La Consolación, possível atual

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

Mucuripe, em Fortaleza¹⁶.

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

Volume 9, número 2 - 2023

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

O processo de americanização

¹⁷ ALMEIDA, G. G. D. *Heróis Indígena do Brasil: memórias sinceras de uma raça*. Rio de Janeiro: LIVRARIA EDITORA CATEDRA, 1988, p. 82.

¹⁸ SOBRINHO, T. P. *Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense. Revistas do Instituto do Ceará, 1945.*, p. 156 - 205.

¹⁹ JÚNIOR, D. M. D. A. *Violar Memórias e Gestar a História Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil". CLIO - Série História do Nordeste*, 1994., p. 39 - 52, p. 40.

²⁰ FILHO, C. S. *Os aborígenes do Ceará*. In: FILHO, C. S. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965., p. 25 - 27, p 25.

²¹ BONILLA, H. *Os conquistados: 1942 e a população indígena das Américas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

históricos. Assim as memorialidades são acentuadas ou ignoradas de acordo com o tempo presente dessas comunidades que hoje disputam seu reconhecimento enquanto povos indígenas, uma recorrência ao passado para constatar o agora.

*Cuidados que devem ir desde uma clara conceituação de memórias e de história, que evite considerar as memórias um discurso mais verdadeiro, mais próximo do que teria sido a "verdadeira história" em contraponto à "história oficial", até uma mais clara definição de métodos, tanto no que diz respeito à coleta destas memórias como no seu emprego posterior no interior de um discurso historiográfico*¹⁹.

O movimento diaspórico indígena, precisamente no século XVI, era diretamente ligado a outras consequências, geralmente espaciais, meteorológicas ou culturais dando ao termo diáspora, colocando-o anterior ao período de contato aos europeus, um esvaziamento material e teórico, como bem aponta Studart Filho (1965) sobre as movimentações antes de Pinzón ou Martim Soares:

*Das cabildas que, na região litorânea, representavam o grupo tupi, algumas - como se verá em tempo - por ela transitavam acidentalmente; eram, portanto, na terra, apenas hóspedes de passagem. As outras, porém, ali tinham fixado morada e o fizeram em época relativamente recente, pois o movimento migratório, que levou até àquelas praias os mais distantes enxames de brasileiros, seria contemporâneo da chegada ao Novo Mundo dos primeiros imigrantes portugueses. Premidos pelos alóctones recém-vindos ao Nordeste Oriental. os nativos haviam abandonado o primitivo habitat, buscando, no Ceará, novos domínios*²⁰.

Para conceituar a diáspora indígena, é preciso coexistir o antagônico à sua permanência, aquele indivíduo que irá influir para que ocorra a dispersão desses povos, porém afirmar que apenas a dominação europeia gerou fluxos de migração indígena e mais tarde africana é colonizar o direito de execução das próprias escolhas destes povos, o detalhe que existe é que com a conquista europeia do Ceará culmina-se na dispersão forçada dos povos que não estabeleceram alianças, e com o correr dos séculos, os próprios aliados também foram dizimados, pois o objetivo intrínseco a colonização é higienizar a paisagem pagã do Novo Mundo.

Com as bandeiras no alvorecer do século XVII rasgando os sertões e os assentamentos europeus no litoral se formando, houve uma verdadeira pressurização das nações indígenas dentro de seus antigos territórios, colocando-os mais nas entranhas do Ceará, com contatos agora inevitáveis entre grupos étnicos diferentes que se derivavam de outros fluxos, anteriores as naus. E dentro dessas conflituosas relações de poder, forma-se a dicotomia que, é antes de tudo colonial, entre tupis e tapuias. Assim é nítida a primeira estratégia do invasor europeu: fragmentar. Usufruir da diferença de grupos multiétnicos (não apenas dois) em uma lógica de alteridade revela o interesse em usar dessas subdivisões étnico-culturais como mecanismo para a expansão territorial, captura e escravização²¹. É no entendimento do que o Outro não é – como gente – que se desdobram as desumanidades feitas em nome de Cristo pelas mãos férreas da colonização. A dominação física começa primeiro pelo contato, aquilo que se relaciona entre o silêncio do dominador e a curiosidade do dominado, as naus aportaram antes de qualquer coisa nas mentalidades, e fincaram âncoras profundas. Através de sofisticadas rupturas e reconexões a partir do nada, se faz o estranhamento do indígena tupi com o tapuia, e vice-versa, porém, é preciso cautela, pois estes possuíam razões subjetivas que, mesmo alinhadas no processo de dominação-manipulação, eram também particulares e ancestrais.

Temos uma enorme variabilidade linguística e cultural no litoral cearense, com influências majoritariamente tupis. Há, porém, uma sobreposição dos nomes em tupi, para localidades em geral, sobre os nomes tapuias, demonstrando uma clara amistosidade entre os indígenas litorâneos e os conquistadores, concatenada em suas alianças de longo prazo. Os tupis não eram precisamente os principais habitantes do território cearense, sendo a presença mais recorrente destes na costa, principalmente de grupos como Potiguaras e Tabajaras, assim aponta Sobrinho (1945):

*E isto era natural porque eles nas suas entradas se faziam acompanhar de numerosos índios tupis, já catequizados em Pernambuco e Paraíba, por meio dos quais captavam a amizade ou confiança dos que iam encontrando pelo caminho. Deste modo, conquanto os tupis não fossem os principais habitantes das nossas costas e praias, especialmente senhoreadas ou percorridas pelos tapuias, vítimas prediletas pela cupidez dos invasores, e, portanto deles mais arredios, os nomes impostos aos acidentes geográficos, aos rios e serras, às pontas e enseadas, aos lugares e praias eram tomados aos potiguaras sobretudo, e um pouco aos tabajaras*²².

Com tais informações dispostas sobre esses dois grupos étnicos ocupando o litoral cearense e principalmente a região do Mucuripe, conseguimos perceber como se dera o fluxo de migração étnica após os primeiros conflitos com os invasores (vulgarmente chamados de conquistadores)europeus, gerando uma ocupação tapuia massificada ao norte do Rio Ceará e um aumento da população indígena de grupos tapuias diante da iminente tomada do território por inimigos tupis aliados aos novos autoproclamados senhores da terra. Todos esses grupos Potiguaras culminam-se futuramente em outros povos, como Pitaguary de origem Potiguar e o Tapeba, ambas de origem tupi, coexistindo de forma contemporânea de acordo com Girão²³.

Na análise de Studart²⁴ as movimentações indígenas tiveram seu ápice com a Guerra dos Bárbaros²⁵, onde o apoio de populações indígenas dos sertões, em vários episódios, era direcionado aos holandeses e esta informação é um elemento chave para entendermos como os sertanistas enxergavam os indígenas fixados no interior do Ceará.

A relação franco-tapuia passa então a habitar os pesadelos lusitanos, pois, os franceses davam-se a contatar com relativa amistosidade “desinteressada” os nativos com isso podemos anotar a recorrência de francos na Serra da Ibiapaba, organizados junto de indígenas Tremembés e Tabajaras. Girão²⁶ expõe brevemente sobre um conflito entre bandeirantes de Pero Coelho e seus “índios cristãos” – tabajaras e potiguaras – contra franceses, tapuias – sabidamente tabajaras e tremembés – e alguns negros fugidos da Bahia, e dentro dessa passagem suscita-se os questionamentos que flamejam essa pesquisa: o desvendar da relação destes indivíduos indígenas e negros, colocados em recíproco massacre; na configuração indígena de auto genocídio e, no caso dos negros, como indivíduos parcelados na dominação e barbárie da construção colonial que também influi ante as populações africanas escravizadas e postas em diáspora. As participações indígenas nos conflitos também se dão no campo geopolítico de interesses e conflitos interétnicos, com uma considerável participação e decisão estratégica dos nativos de que lado tomar nas disputas europeias no Novo Mundo. A empreitada colonial segue modelos semelhantes, ainda que com artifícios distintos de arguição para o convencimento dessas populações em suas alianças, sendo os nativos desconhecedores da totalidade dos interesses europeus, e logicamente direcionados ao embalo social que beneficiaria os expansionistas. Certos grupos indígenas se aliaram aos europeus durante os períodos de colonização e conquista por uma variedade de razões, que iam desde interesses estratégicos até objetivos de proteção e sobrevivência. Essas alianças muitas vezes foram complexas e não podem ser generalizadas para todas as regiões ou grupos indígenas.

O homem branco não era uma soma na multiplicidade já existente nessas novas terras, mas sim um agente troiano para dominar os aliados e os inimigos sem que fosse preciso sacrificar demasiada quantidade de homens europeus e ainda assim usando de força e conhecimento indígena para adentrar os novos territórios. Utilizando-se de elementos locais para decodificar novas formulações de estratégia etnocida, para endossar essa afirmação, é possível notar que o extermínio indígena quando visto pelos cronistas europeus é um mero detalhe e que as conquistas sobrepõem qualquer erro cometido.

Os Trarairús, que ocupavam os sertões de fora (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), tiveram seus posicionamentos modificados inúmeras vezes ao longo da Guerra do Açu, e a forma com que se dispersaram nesses sertões geraram novas comunidades e derivações pluriétnicas e com influências mistas dos troncos jê e tupi, mas o que se têm de tupi nas comunidades remanescentes de tapuias é direcionalmente fruto das movimentações de grupos costa-atlânticos para dentro do continente, gerando novas fusões etnolinguísticas indígenas. Araújo²⁷ considera ainda:

Assim, a guerra amolda-se e delinea-se conforme suas necessidades e particula-

²² SOBRINHO, T. P. *Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense. Revistas do Instituto do Ceará, 1945.*, p.148.

²³ GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971, p. 71.

²⁴ STUDART, D. G. *A História do Ceará (segunda metade do século XVIII)*. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 32.

²⁵ *A chamada Guerra dos Bárbaros ou Levante dos Tapuias ou Confederação dos Cariris se inicia em 1687 como reação dos indígenas ao movimento expansionista português sobre os territórios habitados pela população indígena, após a expulsão dos holandeses. PUNTONI, P. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil 1650 - 1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

²⁶ GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

²⁷ ARAÚJO, S. G. *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*. Fortaleza. 2007, p.76.

ridades, e não se encontra isolada da sociedade que a abrange, não sendo assim inerente e distinta de uma história mais ampla dessa sociedade. Assim, para melhor compreendermos as formas culturais da Guerra dos Bárbaros, devemos retomar aqui as crônicas coloniais e os estudos historiográficos que nos ajudam a definir os Tapuia diante de sua multiplicidade histórica e cultural. Também é objetivo do capítulo, discutir como a imagem dos sertões da capitania do Rio Grande, associada aos Tapuia, imprimiu um novo conceito à Guerra Brasileira.

As subdivisões grupais dos Trarairús tinham distintas formas de organização, e suas movimentações espaciais nos territórios do sertão de dentro se davam espontaneamente, entretanto com a incursão portuguesa para a expulsão holandesa definitiva, assim como sua influência junta aos povos nativos aliados, gerou o estopim de massacres e forçadas desterritorializações de grupos até então “não pacificados”²⁸. O paternalismo colocado pela bibliografia clássica impõe-se também para basear o entendimento genérico sobre a virgindade intelectual do ser indígena, como meramente animais em constante adestramento civilizatório e receptor de uma domesticação de seus modos, alimentando ainda mais as rupturas colonialistas que buscam desorientar seus indivíduos e romper a cosmologia que garante a sobrevivência dessas comunidades.

É possível materializar de forma documental, as constantes investidas dos autoprotoclamados conquistadores contra os Paiacus e Janduí, que eram nitidamente os mais resistentes à dominação do vale do Jaguaribe pelos europeus, pois, com a tímida então ocupação holandesa vinda do litoral norte, não havia por ter sido explorado, deixando um abismo “não ocupado” que seria palco de inúmeros e intensos massacres contra indígenas e rebeliões destes. Girão²⁹, descreve a atuação dos Pacajus diante da empreitada europeia no Vale do Jaguaribe:

Em 1693 e 1694, já principiada a fixação de colonos no vale do Jaguaribe, revoltaram-se ferozmente, tendo sido derrotados, em parte aprisionados, “dispersando-se os restantes para voltarem ao sistema de guerrilhas. Aldeados os do Ceará, em 1696, aos cuidados do Ricoleto da Congregação de Filipe Néri, Pe. João da Costa, continuaram a lutar no Açu e Apodi. Nada obstante, em 1703 “amotinaram-se novamente os Pacajus, aldeados na ribeira do Jaguaribe, matando os colonos, roubando destruindo os seus rebanhos”. Ainda em 1713. unidos aos Anacés e Jaguaribaras, assaltaram a Vila do Aquiraz, levando a destruição e a morte”. Perdoados, enfim, foram alojados perto das margens do rio Choró, dando-lhes o governo uma légua de terra como patrimônio. Esse local é hoje a cidade de Pacajus, que antes teve os topônimos de Monte-Mor — o Velho e Guarani.

No intuito de solucionar o problema dos tapuias Paiacus e Janduí, as capitanias do norte do Estado do Brasil recorrem aos sertanistas paulistas para destruir os grupos indígenas insurrectos no vale do Jaguaribe, com maior força na região do Apodi-Açu. Com as tomadas de decisões profundamente fatais, põe-se em prática o encerramento da “guerra defensiva” nos arraiais, e estreia nominalmente a Guerra dos Bárbaros que passava a se assumir como exterminação dos indígenas tapuias que se rebelassem contra colonos portugueses³⁰. O extermínio das populações nativas do Jaguaribe se mostra gradualmente projetado, e não apenas reações dos governadores e sertanistas com os furtos e assassinatos cometidos pelos tapuias apontados em cartas entre capitães-mores e governadores. Todos esses detalhes constituem em um processo literal e deliberado de desterritorialização e extermínio desses indígenas inimigos do expansionismo colonial, e posteriormente, aqueles que restassem, sendo, portanto, aldeados e pacificados, constituindo o que passa a ser os aldeamentos de Montemor, o Velho (Pacajus, Ibiapaba), Montemor, o Novo (Baturité) e Canindé. Todas elas com alguns grupos étnicos específicos sob a observação e catequização dos jesuítas, e que, mais tarde sob a administração pombalina foram instituídas como vilas o que não garantiu a integração desses indígenas diaspóricos das guerras da conquista do Ceará na comunidade reformada, pelo oposto, acentuou sua condição de marginalidade e o desterritorializou ainda mais³¹.

Com as guerras justas atravessando os sertões, os fluxos de migração indígenas se reelaboram de acordo com a presença branca na paisagem. Para que pudessem dar cabo dos colonos era preciso apreciar as táticas de guerra do próprio inimigo, assim, rumando em direção

dos altiplanos para melhor visualização e defesa, artífices de resistência também usados por comunidades quilombolas em fuga, locais esses onde hoje podemos encontrar comunidades contemporâneas que afirmam ter saído do mar rumo a serras para fugir das agressões de fazendeiros em suas guerras justas objetivadas pelas solicitações de sesmarias. Na região de Monsenhor Tabosa (CE), há a presença do movimento Potiguar-tapuia que busca uma nova contação de suas histórias tradicionais dentro daquilo que é observado como retomada indígena, parte dessa retomada é a aderência da comunidade à uma língua indígena, no caso do movimento Potiguar-tapuia, o tupi-nheengatu. Assim se desperta o questionamento de como o tupi, ‘língua costeira’, se conectou ao nheengatu que é precisamente chamada de Língua Geral Amazônica. A resposta pode se enveredar por diversos caminhos, mas é nítido que ela está na rota dos fluxos diaspóricos de populações indígenas, e nestes detalhes de trilhas e confluências das narrações que resistiram séculos, é possível municiar estes indivíduos em reconquista de suas culturas com nomináveis capítulos de sua História.

4. Trilhar a memória afrodiáspórica

Para trilhar qualquer caminho é preciso saber aonde se quer chegar e como fazê-lo. Trilhando a historiografia cearense ficamos aprisionados em uma verdadeira ausência abissal de trabalhos que tratem dos indivíduos negros escravizados, fugidos ou libertos no século XVII - XVIII. É o desequilíbrio de interesses sociais historicamente detidos no campo da pesquisa de para quem e para o quê serve o contar da História do Ceará. Assim de forma tenaz, e apelando a intuição sem embasamento, existem afirmações da forte ausência de indivíduos negros no período de capitanias e posteriormente na criação da província. A afirmação dessa ausência por si só é um processo político engajado com o apagamento da negritude e pode, por vezes, solidificar no espaço da academia uma desconexão desses indivíduos na formação de uma ideia de cultura cearense. Dantas³² enfatiza isso:

Utilizando os objetos-instrumentos da memória, oralidade e fotografia no campo específico das comunidades remanescentes de quilombos do Minador, Bom Sucesso e Cumbe, fomos descobrindo especificidades e ousamos penetrar em fatores que são silenciados ou negados na historiografia cearense, vimos o quanto isto tem custado aos atores histórico-sociais afrodescendentes no Ceará.

[...] A escassez de documentos escritos ou a total falta destes em alguns momentos e até mesmo fatores como o personalismo de alguns relatos, contribuíram para a construção da prática investigativa recorrer-se a história oral, logo compreendemos que esta foi uma escolha eficaz, no registro das lembranças faladas, servindo inclusive de estímulo para produção da narrativa.

[...] Todo este processo se fez necessário, porque trabalhar a histórias dos afrodescendentes no Ceará se revelou no percurso de nossa pesquisa como um grande problema, pois negro no Ceará, a priori não existe. E quando existe é sob emblemas ou estereótipos, excluídos do contexto histórico cearense, que de fato constituíram desde a colonização até a contemporaneidade negra do século XXI.

E adentrando no campo de disputas narrativas de qual foi o nível de humanização que o Ceará dera aos seus escravizados possui no discurso tradicionalista o fato de que se escravizou, mas nunca se fez de forma descomprometida com a consciência do quão nefasto é o ato de capturar a liberdade de outrem, havia na verdade a “necessidade” da escravização negra para que pudesse desenvolver-se o futuro na civilização no Novo Mundo e em específica localização geográfica, o Ceará. A suposta ausência de alma do negro dava ao captor europeu uma sustentabilidade dos seus atos diante das civilizações africanas, e pior, hoje o revisionismo se alicerça no processo de venda e troca entre compatriotas africanos para os portugueses sob a máxima de que o “negro escravizou o próprio negro”. Postas essas afirmações, se abre um caminho muito bem pavimentado para narrar a trajetória de negros no Ceará, sem que seja preciso questionar ausências, apontar equívocos, delinear racismos e documentar crimes. No aprofundamento da pesquisa podemos identificar algumas lacunas históricas que bem detalham o engajamento da comunidade intelectual abolicionista no final do século XIX e começo do XX em instituir o Ceará como um estado por essência não escravocrata, com a ressonância “de que fomos a primeira província a abolir a escravidão e não tínhamos um grande número

²⁸ DIAS, P. D. O. A Bárbara Guerra do Açu. *Impressões Rebeldes*, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impresoesrebeldes/revista/a-barbara-guerra-do-acu/>.

²⁹ GIRÃO, R. A Marcha do Povoamento no Vale do Jaguaribe (1600-1700). *SUDENE*. Fortaleza, p. 5-89. 1986, p.14.

³⁰ PUNTONI, P. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil 1650 - 1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

³¹ SILVA, I. B. P. D. *Vilas de Índios no Ceará Grande*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

³² DANTAS, S. M. S. *MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBOS NO CEARÁ*. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009, p. 10.

de escravizados”.

A dificuldade de autodefinição que as comunidades remanescentes têm de lidar dentro dos arcabouços institucionais e burocráticos, geram novos fluxos de abandono dos territórios e descontinuação de tradições elementarmente hereditários, as tradições afrodiáspóricas possuem um caráter ancestral.

³³ CHAVES, L. O.; DA SILVA, V. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. *Novos Cadernos NAEA*, set-dez 2017, p. 148.

*No estado do Ceará, em decorrência da afirmação da inexistência do negro ainda no período colonial, esses grupos, também denominados de comunidades negras rurais, até recentemente encontravam-se no anonimato. Com o passar dos anos e em virtude do posicionamento do movimento negro cearense, das comunidades negras e da sociedade civil, possibilitou-se a inserção de novos elementos na historiografia cearense, destacando a importância desses grupos na formação da identidade local*³³.

Efetivamente fomos a primeira província dentro do Império a abolir a escravidão, e por consequência a que se torna vanguarda em transformar um fato sociopolítico temporal em um símbolo de cultura. Um totem que foi erguido ainda mais alto no principiar da república e que fez os saudosos monarquistas tomarem sua posição no século XX. Logo podemos pensar que se existe uma província tão engajada com a liberdade teremos em sequência uma cultura regional extremamente sensível e humanizada às questões relacionadas aos negros escravizados e seus descendentes. Assim deveria o ser. Porém, a ideia de um estado abolicionista requer nossa visualização do quão limitadamente adepta com a ética pode ser uma cultura na verdade por essência pecuarista e nota-se que o movimento abolicionista cearense, ainda que com a presença de negros, possui bases fixas na mentalidade europeia avassalada pela customização da colonização no objetivo de conduzir os não civilizados à luz, mesmo que para isso seja necessário, e justificado, o apagamento e a violação.

Com efeito de inúmeras afirmações clássicas tidas como verdades históricas foi-se reproduzindo ao longo dos séculos que a ausência documental de negros nos primeiros anos do que seria o Ceará, e faz erroneamente pesquisadores descreverem de qualquer afirmação de extremos métodos de perseguição, tortura e extermínio. É preciso ir mapeando timidamente as pequenas citações dentro das espaços bibliografias e tentar ordenar cronologicamente, mesmo que não o seja adequado, os eventos de conexão, movimentação e ruptura dos indivíduos negros dentro do estado do Ceará e formação de suas comunidades assim como a influência latente delas na diversidade cultural do estado.

³⁴ NOBRE, 1988, p.67 apud DANTAS, S. M. S. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBOS NO CEARÁ**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009, p. 70.

*Renovava-se, por conseguinte, a propriedade da área contígua ao forte de Nossa Senhora da Assunção por africanos ou seus descendentes brasileiros, curiosamente por intermédio do padre que, cerca de trinta anos antes, havia requerido as terras primeiramente dos pretos forros Domingos Lopes e João Coelho, por devolutas, na dita situação...*³⁴.

*[...] Vieram escravizados também, mas de acordo com as especificidades econômicas deste local, houve significativa presença negra no Ceará expressa por trabalhadores negros “livres”, semi-livres, também especializados, para exploração das minas de São José dos Cariris, em 1756, o governo pernambucano organizou a “Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, que chegou a trazer 73 africanos escravizados para intencificar a busca de minérios da região*³⁵.”

³⁵ FARIAS, 2007, P.35 apud DDANTAS, S. M. S. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBOS NO CEARÁ**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009, p. 70, p. 73.

Assim, melhora nosso campo de imagem sobre a presença negra no Ceará e não somente de forma passiva como indivíduos suscetíveis aos acontecimentos, pelo oposto, com as articulações, dentro de cada relação, ocorrendo simultaneamente. De acordo com as percepções gerais da documentação disponível, as recorrências pessoas negras no Ceará não se limita à condição de escravizado, porém está muitas vezes atrelada a isso, sendo assim necessário para este estudo apontar:

Não foram estes com certeza os primeiros africanos que aportaram às nossas plagas; em 1742, por exemplo, arribou à Fortaleza o Bergantim « Nª Sª do Socorro S.

*Antonio c Almas », contra-mestre Antonio Carvalho, vinda da Costa de Guiné com carregamento de escravos*³⁶.

Com efeito, podemos pensar, porém não afirmar, mas supor que, neste episódio se manifesta a diáspora atlântica africana no Ceará, afinal, provavelmente algum escravizado fora comprado nesta paragem. Aí dar-se o começo daquilo que devemos nos ater de forma mais específica e cautelosa, pois as notas de rodapé é a constituição da negritude que a intelectualidade cearense tanto aprisiona com bases em já defasadas afirmações, e assim buscar o mapeamento histórico desses indivíduos se torna um desafio, por não dizer uma revolução. Não há, porém, documentos de compra ou posse que se conectem com este fato, mas certamente se perdeu nos arquivos ou sequer foi redigido.

A ausência de fonte direta não coloca a discussão como sem embasamento, se não teorizarmos com os elementos que temos disponíveis e no decorrer da pesquisa encontrar dados similares, pode-se cair no erro de secundarizar questões primárias que alimentam as novas descobertas bibliográficas e alimentam pesquisas futuras. A presença negra no Ceará remonta muito antes aos episódios citados nas bandeiras de Pero Coelho ou Martins Soares Moreno: estes possíveis escravizados trazidos e adquiridos como cativos no Ceará em 1742, permite que tenhamos uma confluência de dados temporais, e questionamentos latentes, como por exemplo, o fato de que em 1604, de acordo com Girão³⁷, ocorre o conflito entre franceses, bandeirantes com Pero Coelho, negros fugidos da Bahia e indígenas na Ibiapaba. Estes negros não deixaram descendentes? Sua presença em Ibiapaba não formou nos séculos seguintes comunidades quilombolas que persistem até hoje? Essas reflexões demandam um maior aprofundamento de pesquisa e levantamento de dados, mas sem dúvida inflama o debate sobre a formação, diáspora e culturalidade das comunidades negras no Ceará e seguidamente da sua incidência geográfica no estado, para não dizermos compartimentação em regiões conhecidamente hostis aos negros que buscaram rotas de fuga do atravessamento agropecuário do século XVIII e XIX. Assim, a recorrência de episódios como estes elevam nosso olhar para aquilo que desejo nominar de Diáspora Afro-cearense, afinal, essas comunidades se locomoveram ora em fuga com novas incursões de bandeiras portuguesas, ora com a ascensão das sesmarias e/ou com a verdadeira caça de escravizados que fugitivos.

Importante salientar um trecho bastante atenuante da perspectiva historiográfica da primeira metade do século XX no cenário intelectual cearense que ainda alimenta pseudo-teses como a presente em O Cearense Revelado (2020), onde a participação de negros na formação do DNA cearense é colocada como nula e de certa forma irrelevante. Afirmações como estas feitas em um livro tão recente possui um caráter político de exclusão e apagamento³⁸, de forma que as bases que solidificam isso estão assentadas em autores cânones:

*Nessa organização socioeconômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano, a civilização do couro, os ombros afros pouco entraram em cena. Restringiram-se aos misteres da criadagem, gerando os “negros velhos” e as “babás”, que não sofriam [ênfase feita por mim], em regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas da mineração*³⁹.

É uma nítida atenuação do modelo escravocrata do Ceará, como se a condição de cativo não correspondesse a uma agressão direta ao indivíduo negro, retornando assim ao que podemos nominar de conveniência abolicionista. Onde se pensa historicamente uma escravidão mais amena no Ceará e que a presença negra não correspondeu, não agiu e sequer convergiu, em nenhum grau, na formação do povo cearense. E retorna hoje, no tempo contemporâneo a estudos bem referenciados, com afirmações cristalizadas que garantem base para uma falsa ideia de insignificância dos negros para a região cearense e seus múltiplos processos de construção cultural⁴⁰. A ideia de que negro no Ceará sempre foi escravizado constitui inúmeros espitemicídios e ainda ressaltam pensamentos equivocados e violentos, capazes de tornar novos debates cativos de conclusões falsárias mas sempre á serviço de uma elite senhorial herdeira dos engenhos e casas grandes do sertão, objetivada em esconder suas senzalas e incendiar os quilombos.

As formações das comunidades quilombolas do Ceará não nos remetem imediatamente ao período escravocrata, se pensarmos do ponto de vista da população geral, sempre pensa-

³⁶ STUART, D. G. A *História do Ceará (segunda metade do século XVIII)*. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 63.

³⁷ GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

³⁸ BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S.. *No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará*. *Revista Brasileira de História*, 14 março 2021., p. 111 - 134.

³⁹ GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971, p. 77-78.

⁴⁰ CHAVES, L. O.; DA SILVA, V. *Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos*. *Novos Cadernos NAEA*, set-dez 2017, p. 147 - 160.

⁴¹ Por volta de 1750, espalharam-se por todo o Nordeste a notícia da suposta riqueza aurífera do vale do Cariri. A fim de que os serviços de mineração tivessem maior eficiência, foi organizada, em 1756, a Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, dois anos depois dissolvida, em vista da “pouca utilidade que poderiam dar as ditas minas a quem as cultivasse”. FILHO, C. S. Os aborígenes do Ceará. In: FILHO, C. S. **Os aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965., p. 25 - 27.

⁴² OLIVEIRA, P. A. D. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, jan/dez 1979., p. 325 - 338.

⁴³ STUDART, D. G. **A História do Ceará (segunda metade do século XVIII)**. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 60.

⁴⁴ Dados obtidos no site da Secretária de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ. In: **INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ**. Fortaleza, 17 out. 2023. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/dados_Quilombola_jul_16.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

⁴⁵ NASCIMENTO, 2007, p.59 apud SILVA, M. E. D. **HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE QUILOMBOLA NO CARIRI-CEARENSE**. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. João Pessoa, p. 1 - 150. 2017, p. 47.

-se ser uma constituição orgânica de comunidades negras e não uma visível consequência da escravização. A presença negra escravizada oficializada, cabe dizer, é datada de 1756 com formação da Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris⁴¹, com tal dado podemos categorizar que esses indivíduos escravizados, valiosos para o trabalho de mineração, se originavam de regiões mineradoras da costa africana⁴².

O esvaziamento deste dados nos permite recorrer aos documentos produzidos no período que recebem o caráter de menor porte pela historiografia clássica, o cruzamento de dados importantes para compreendermos as movimentações diaspóricas negras dentro do Ceará setecentista. A presença negra na região do Cariri, por conta da incidência mineradora nos faz notar que a formação dos quilombos se deu inicialmente nessa região e, conforme a produção se expandia em outras regiões do estado e com outros segmentos, elevava-se mais ao norte até então tomar boa parte das macrorregiões do estado. Studart⁴³, aponta uma breve descrição a partir da análise de documentos do período:

Campo nestes Lugares e eu lhe dei em nome de V. Ex.^a pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prizões dos negros fogidos e criminozos, que se acham nestes mattos amucambados : e me consta que para p.^o dos Correntes tem sahido negros dos mucambos a algumas pes soas a roubar, e lie preciso cuidar muito em destruir estes mucambos e outros que se possam ir fazendo pela grande dezinquietação que cauzam quando nelles se ajuntam pe las mortes, ferimentos, roubos, estupros a força de mu lheres que costumam commetter e será preciso se mandem as ordens mais apertadas que há nessa Secretaria para cá sobre negros fogidos e de mucambos.

E podemos assegurar que este documento transcrito por Studart nos baliza das movimentações dispersivas de negros escravizados no Cariri, região onde temos a presença atual de quilombos como sítio Arruda-Araripe, Carcára-Potengi, Sassaré, Catolé, Extremas⁴⁴ e algumas outras comunidades; algumas, por sua vez, não estão certificadas, mas possui uma autodefinição de comunidades quilombolas, se organizam e são reconhecidas pelos seus pares como tal. Ressona ainda entre essas comunidades a ideia de que não se faz necessário o reconhecimento do governo para que sejam de fato quilombolas, porém, é pelo atestado institucional que se aproxima dessas pessoas serviços de primeira necessidade como educação e saúde. As formações inter-territoriais e extraterritoriais dessas comunidades passam pelo crivo das diferentes constituições dos quilombos em regiões do Ceará, alguns com contatos diretos entre si e outros dispersos em seus pontos de fixação constante ou sazonal. A formação dos quilombos não se origina apenas de um único indivíduo, ele por si mesmo não constitui uma comunidade, mas pode gerá-la a partir do ponto que se fixou ou da sua rota traçada, pois passar a ser comunidade e quilombo, a junção e associação de ex-escravizados. A formação dos quilombos no Ceará, em consonância ao Brasil, se deu por vezes espontaneamente ou por vezes com a projeção dos escravizados em formar um quilombo, com deliberação de fugas conjuntas para que se constituísse uma comunidade. Afinal, Palmares não é fruto do acaso.

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou⁴⁵.

5. Conclusão

O estudo das diásporas afro-indígenas no contexto cearense revela uma faceta profundamente enriquecedora e complexa nas diferentes formações das Histórias, culturas e das cidades do estado. Ao longo deste ensaio, exploramos a importância de compreender as

diferentes dinâmicas desses grupos e a indissociabilidade de suas contribuições no processo de construção da identidade e dos conhecimentos no Ceará. As diásporas afro-indígenas re-presentam uma tessitura social, fruto das interações, adaptações e resiliência de indivíduos que, muitas vezes em situações adversas, buscaram manter e transmitir suas tradições, valores e modos de vida.

Suas trajetórias migratórias, marcadas por encontros e confrontos, desenharam um panorama intercultural que imprimiu profundamente na identidade cearense elementares simbologias e crenças. Além disso, é impossível dissociar a presença e influência desses grupos da configuração das próprias estruturas sociais, econômicas e políticas das cidades. A fusão de conhecimentos e saberes provenientes das diásporas afro-indígenas deixou marcas indeléveis nas tradições culturais e nos sistemas de crenças cearenses. A medicina tradicional, a culinária, os rituais religiosos e as expressões artísticas incorporaram elementos dessas diásporas, conferindo uma riqueza e diversidade únicas à herança cultural do estado.

Torna-se necessária e evidente, portanto, que uma compreensão aprofundada das diferentes dinâmicas das diásporas afro-indígenas é fundamental para desvendar a verdadeira tapeçaria da história cearense com seus traços únicos e de múltiplas heranças.

Ignorar ou subestimar a influência desses grupos é comprometer a integridade do conhecimento sobre nossa coletividade cearense. À medida que avançamos no estudo dessas diásporas, é crucial adotar abordagens interdisciplinares que considerem não apenas os aspectos históricos, mas também os sociais, culturais e antropológicos. A colaboração entre pesquisadores, educadores e comunidades locais é fundamental para ampliar e aprofundar nosso entendimento sobre as diásporas afro-indígenas no Ceará. A compreensão dessas dinâmicas enriquece nossa visão para com todos os grupos que moldaram nossa sociedade sejam reconhecidas e celebradas e garantir a perpetuação desses saberes materializa nosso comprometimento com a História vista de baixo e a contrapelo.

Notas

* Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Ceará (UFCE). Email: pauloricard4378@gmail.com

Referências

ALCÂNTARA, T. F. D. **“O sertanejo, é antes de tudo, um índio”**: afirmações identitárias e estratégias de resistências indígenas no nordeste. XIII Encontro Estadual de História. Recife: ANPUH / UFPE. 2020.

ALMEIDA, G. G. D. **Heróis Indígena do Brasil**: memórias sinceras de uma raça. Rio de Janeiro: LIVRARIA EDITORA CATEDRA, 1988.

ARAÚJO, S. G. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII**. Fortaleza. 2007.

BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S.. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. **Revista Brasileira de História**, 14 março 2021., p. 111 - 134

BONILLA, H. **Os conquistados**: 1942 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo. 2005.

CHAVES, L. O.; DA SILVA, V. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, set-dez 2017., p. 147 - 160

CONRADO, M. P.; BARROS, T. D. N. M. N. A categoria “afro-indígena” na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, maio/agosto 2022., p. 227 - 246

CORREA, S. M. D. S. Presentismo negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, 2008., p. 257-285

DANTAS, S. M. S. **Memórias e histórias de quilombos no Ceará**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009.

DIAS, P. D. O. A Bárbara Guerra do Açu. **Impressões Rebeldes**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/a-barbara-guerra-do-acu/>.

FILHO, C. S. Os aborígenes do Ceará. In: FILHO, C. S. **Os aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965., p. 25 - 27.

GIRÃO, R. **A Marcha do Povoamento no Vale do Jaguaribe (1600-1700)**. SUDENE. Fortaleza, p. 5-89. 1986.

GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

JÚNIOR, D. M. D. A. Violar Memórias e Gestar a História Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil". **CLIO - Série História do Nordeste**, 1994., p. 39 - 52

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. Português 1. ed. São Paulo: Global, 2023.

NOBRE, G. D. S. **As Oficinas de Carnes do Ceará: Uma Solução Local para uma Pecuária em Crise**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

OLIVEIRA, P. A. D. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, jan/dez 1979., p. 325 - 338

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil 1650 - 1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, A. B. D. **A terra dá, a terra quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, I. B. P. D. **Vilas de Índios no Ceará Grande**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

SILVA, M. E. D. **História, memória e identidade quilombola no cariri-cearense**. Universidade federal da paraíba. João Pessoa, p. 1 - 150. 2017.

SOBRINHO, T. P. Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense. **Revistas do Instituto do Ceará**, 1945., p. 156 - 205

STUDART, D. G. **A História do Ceará (segunda metade do século XVIII)**. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

VARNHAGEN, F. A. D. História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal. In: VARNHAGEN, F. A. D. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877., p. 14 -15.



RESTAURANTE DA TIA ZÉLIA: FIXAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO EM UMA VILA OPERÁRIA

TIA ZÉLIA'S RESTAURANT: FIXATION, PATRIMONIALIZATION AND GENTRIFICATION IN A WORKERS' QUARTER

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de fixação, patrimonialização e gentrificação na Vila Planalto, uma vila operária no centro do poder, localizada entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada, através do restaurante da Tia Zélia, um restaurante do bairro frequentado por uma elite de esquerda e capitaneado pela tia Zélia, que aparece frequentemente na mídia como "cozinheira favorita do presidente Lula". Almeja-se assim compreender, a partir da literatura dos estudos urbanos tratando sobre o bairro e o tombamento de Brasília e do conceito de "gentrificação por dentro" de Arkaraprasetskul (2016), como as próprias contradições do bairro atuam para sua fixação, patrimonialização e gentrificação.

Palavras-chave: Brasília; Fixação; Gentrificação; Patrimonialização; Vila Planalto.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the process of fixation and gentrification in Vila Planalto, a workers' quarter located right in the center of power, between the Three Powers Plaza and the Palácio da Alvorada, through the restaurant Tia Zélia, a neighbourhood restaurant patronised by a left-wing elite and headed by tia (aunt) Zélia, who is often featured in the media as "the president Lula's favorite cook". We aim, then, to understand, through the lens of the literature of urban studies on both the neighborhood and the "heritage-ization" of Brasília and Arkaraprasetskul's (2016) concept of "gentrification from within", how the contradictions of Vila Planalto act for its fixation, patrimonialisation, and gentrification.

Keywords: Brasília; Fixation; Gentrification; Patrimonialization; Vila Planalto.

* Daniel Anchieta Guimarães Lobo Pinheiro

Recebido em: 25/08/2023

Aceito em: 07/02/2024